

O Princípio da Boa-Fé no Direito Civil

2020

Eduardo Tomasevicius Filho

O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NO DIREITO CIVIL

© Almedina, 2020

AUTOR: Eduardo Tomasevicius Filho

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584936335

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tomasevicius Filho, Eduardo
O princípio da boa-fé no direito civil/
Eduardo Tomasevicius Filho. – São Paulo : Almedina,
2020.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8493-633-5

1170319

1. Boa-fé (Direito) 2. Contratos 3. Direito civil
I. Título.

20-33637

CDU-347

Índices para catálogo sistemático:

I. Boa-fé : Direito civil 347

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Abril, 2020

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj. 131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR	5
AGRADECIMENTOS	7
INTRODUÇÃO	15
PARTE I – REFERENCIAL TEÓRICO	19
1. A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL	21
1. Introdução	21
1.1. Escola Clássica (1776-1871)	22
1.2. Escola Neoclássica (1871-hoje)	25
1.3. Economia Institucional	28
2. A Nova Economia Institucional	33
2.1. Informação Assimétrica	34
2.1.1. Informação e suas Características	34
2.1.2. Conceito de Informação Assimétrica	36
2.2. Custos de Transação	42
2.2.1. Histórico do Conceito de Custos de Transação	42
2.2.2. Especificação dos Custos de Transação	46
2.2.2.1. Custos de Aquisição de Informações	48
2.2.2.2. Custos de Negociação	53
2.2.2.3. Custos de Conclusão do Contrato	54
2.2.2.4. Custos de Monitoramento do Cumprimento dos Contratos	55
2.2.2.5. Custos de Rediscussão para Ajuste do Contrato	56
2.2.2.6. Uso dos Mecanismos de Solução de Controvérsias	57
2.2.2.7. Burocracia	57

2.3. Instituições	58
2.3.1. Conceito de Instituição	58
2.3.2. Instituições e Nova Economia Institucional	65
3. Distinções da Nova Economia Institucional com Áreas Afins	70
3.1. Antiga Economia Institucional x Nova Economia Institucional	70
3.2. Nova Economia Institucional x Análise Econômica do Direito	71
2. O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ: CONSIDERAÇÕES GERAIS	75
1. Introdução	75
1.1. Definições Religiosas e Morais de Boa-Fé	76
1.2. Definições Jurídicas de Boa-Fé	83
2. Boa-Fé Subjetiva e Boa-Fé Objetiva	87
3. Standard de Boa-Fé ou Princípio da Boa-Fé?	90
4. Funções do Princípio da Boa-Fé	93
5. O Princípio da Boa-Fé nos Ordenamentos Jurídicos	103
5.1. Europa	103
5.1.1. França	103
5.1.2. Alemanha	107
5.1.3. Itália	114
5.1.4. Espanha	118
5.1.5. Portugal	121
5.1.6. Reino Unido	122
5.2. América	135
5.2.1. Estados Unidos da América	135
5.2.2. Canadá	145
5.4.3. Peru	148
5.4.4. Argentina	149
5.4.5. Brasil	153
PARTE II – OS DEVERES DECORRENTES DA BOA-FÉ	165
3. O DEVER DE COERÊNCIA	167
1. Introdução	167
2. <i>A Exceptio Doli, Estoppel e Promissory Estoppel</i>	170
3. <i>Venire Contra Factum Proprium</i>	177

3.1. Conceito	177
3.2. O <i>Venire Contra Factum Proprium</i> nos Ordenamentos Jurídicos	182
3.3. Hipóteses Específicas de Aplicação do <i>Venire Contra Factum Proprium</i>	190
4. A Boa-Fé e o Abuso do Direito	204
4.1. Definições de Abuso do Direito	204
4.2. Critérios de Aferição do Abuso do Direito	211
4.3. Abuso do Direito é Comportamento Contraditório? Comportamento Contraditório é Abuso do Direito?	222
4. O DEVER DE INFORMAÇÃO	227
1. Introdução	227
2. O Dever de Informação	234
3. Classificação do Dever de Informação	244
3.1. Quanto à Intensidade	245
3.2. Quanto à Finalidade	247
3.3. Quanto à Estrutura	251
3.4. Quanto ao Momento de Incidência	254
4. Características da Informação a ser Transmitida	256
4.1. Informação Verdadeira	256
4.2. Informação Relevante	259
4.3. Informação Clara e Inteligível	262
5. Adimplemento do Dever de Informação	263
5.1. Ônus de se Informar	264
5.2. Dever de Informar	269
5.3. Dever de Informar para Ser Informado – Dever de se Informar para Informar	280
6. Limites do Dever de Informação	284
7. O Dever de Informação na Máxima Intensidade: <i>A Uberrima Fides</i> no Contrato de Seguro	296
5. BOA-FÉ E DEVER DE COOPERAÇÃO	307
1. Conceito de Cooperação	307
2. Boa-Fé e Dever de Cooperação	310
3. Conteúdo do Dever de Cooperação	318
3.1. Cooperação do Credor	318

3.1.1. Facilitar o Adimplemento da Obrigação	318
3.1.2. O Adimplemento Substancial	321
3.1.3. Não Deixar Aumentar o Prejuízo do Devedor: <i>o Duty to Mitigate the Loss</i>	328
3.2. Cooperação do Devedor	335
3.2.1. Fazer da Melhor Forma, da Forma mais Simples	338
3.3. Cooperação do Credor e do Devedor	340
3.3.1. Dever de Coerência como Dever de Cooperação	340
3.3.2. Dever de Informação como Dever de Cooperação	341
4. O Abuso do Direito como Violação do Dever de Cooperação	344
5. O <i>Hardship</i>	346
PARTE III – A PROTEÇÃO DA BOA-FÉ SUBJETIVA	351
6. A PROTEÇÃO DA BOA-FÉ SUBJETIVA	353
1. Boa-Fé em Matéria Possessória	353
1.1. Conceito	353
1.2. Estrutura da Posse de Boa-Fé	355
1.3. Análise da Posse de Boa-Fé nos Códigos Civis	357
1.3.1. Definição de Posse de Boa-Fé	357
1.3.2. Início da Posse	358
1.3.3. Perda do Caráter de Posse de Boa-Fé	359
1.3.4. Presunção da Boa-Fé	360
2. A Aparência no Direito	361
2.1. Conceito	361
3. Aparência de Representação	366
3.1. Requisitos para a Proteção da Aparência de Representação	368
3.2. Hipóteses de Aparência de Representação	370
3.2.1. Poderes Aparentemente Existentes e Extensão dos Poderes	370
3.2.2. Revogação do Mandato e Morte do Mandante	373
4. Pagamento ao Credor Aparente	375
5. Propriedade Aparente e Aquisição a <i>Non Domino</i>	378
6. Herdeiro Aparente	383

PARTE IV – A BOA-FÉ PRÉ-CONTRATUAL	389
7. BOA-FÉ NA NEGOCIAÇÃO DOS CONTRATOS	391
1. O que é Negociação?	391
2. Negociações Cooperativas	402
2.1. Conceito	402
2.2. Procedimentos das Negociações Cooperativas	405
3. Problemas nas Negociações: a Ruptura Injustificada	411
4. Fundamento Jurídico para a Responsabilidade por Ruptura Injustificada das Negociações	419
5. Requisitos para Aferição da Ruptura Injustificada	421
6. A Ruptura Injustificada de Acordo com a Nova Economia Institucional	429
7. O Encaminhamento das Soluções nos Ordenamentos Jurídicos	433
8. A RESPONSABILIDADE PRÉ-CONTRATUAL	453
1. Introdução	453
2. Rudolf von Jhering e a Culpa <i>In Contrahendo</i>	454
3. Fuller e Perdue Jr. e a <i>Reliance Interest</i>	461
4. A Responsabilidade Pré-Contratual	463
4.1. Natureza Jurídica da Responsabilidade Pré-Contratual	464
4.2. Responsabilidade Subjetiva ou Objetiva?	469
4.3. Valor das Perdas e Danos: Interesse Positivo x Interesse Negativo	471
5. Situações de Responsabilidade Pré-Contratual	477
5.1. Contrato não se Formou	478
5.2. O Contrato Formou-se, mas é Inválido ou Ineficaz	479
5.3. O Contrato Formou-se, é Válido e Eficaz	479
5.4. Violação da Boa-Fé durante o Contrato	480
6. Violação da Boa-Fé após o Término do Contrato	480
CONCLUSÃO	483
REFERÊNCIAS	491
a) Artigos	491
b) Livros e Teses	503
c) Acórdãos	513